

# Presença dos negros na historiografia alagoana: o discurso do silêncio

Ulisses Neves Rafael\*

Os dados apresentados neste artigo, são parte da tese de doutorado intitulada: “*Xango rezado baixo: Um estudo da perseguição aos terreiros de Alagoas em 1912*”, defendida em junho de 2004 na Universidade Federal do Rio de Janeiro, sob a orientação do Prof. Dr. Peter Fry. Seu objetivo, como o próprio título sugere, foi estudar o episódio conhecido como “Operação Xangô” e que implicou na destruição de quase todas as casas de culto afro-brasileiro, cuja brutalidade, inscreve Alagoas no rol dos estados brasileiros onde se praticaram as maiores atrocidades contra esta modalidade religiosa. Pôr se constituírem na parcela mais efetivamente atingida neste episódio, é que dedicamos aos negros alagoanos um tratamento especial neste trabalho.

Abordar essa categoria em Alagoas, implica num apanhado histórico desde a chegada, sua distribuição pelo espaço geográfico, bem como a identificação dos principais traços culturais deixados pela sua passagem no local. Essa não é uma tarefa das mais simples, haja vista a grande escassez de material escrito a respeito, como soe acontecer com grupos marginalizados da sociedade.

Essa lacuna já havia sido notada antes por um importante estudioso da história alagoana, que na análise de um dos seus momentos cruciais, a Guerra dos Cabanos, brindou-nos com uma inestimável obra intitulada *a Utopia Armada*. Estamos referindo-nos a Dirceu Lindoso que no trabalho citado, versa sobre as rebeliões de pobres ocorridas entre os anos de 1832 e 1850, na fronteira das províncias de Alagoas e de Pernambuco, região conhecida na época como Matas do Tombo Real. Dada a precisão

das análises realizadas nesse estudo, ele será utilizado aqui como roteiro para nossas observações<sup>1</sup>.

Embora refira-se a um evento específico, ocorrido dentro de um tempo histórico determinado, a crítica elaborada por esse autor àquilo que foi por ele denominado de “discurso histórico antiinsurrecional” ou “historiografia da dominação sesmeiro-escravista”, presta-se sobremaneira às análises que ora desenvolvemos.

É para o estudo do discurso histórico que esse autor se volta, pelo menos na parte introdutória do seu trabalho. Para tanto, ele elege duas principais obras, as quais fundamentaram o estamento intelectual alagoano por mais de 150 anos. Trata-se do *Opúsculo de descrição Geographica*, de 1844, atribuída a Antônio Joaquim de Moura, que foi presidente da Província de Alagoas; e *Geografia Alagoana*, cuja primeira edição data de 1860, de autoria de Thomaz do Bomfim Espíndola, os quais fundaram os estudos históricos e geográficos alagoanos. Nas duas obras, essa insurrecionalidade popular foi tomada pelos seus aspectos mais negativos. No primeiro caso, os Cabanos foram apodados de “mantilha de feras desumanas mui bem armadas” e, no segundo, intitulados de “cabanada Selvagem”.

Entre as conseqüências lógicas dessa atitude intelectual, destaca-se o fato de ter-se inaugurado na historiografia estamental um “discurso historiográfico que encerrou as realidades insurrecionais cabanas num cárcere textual”. Esse fato, que foi chamado pelo autor em questão, de “esquecimento”, além de ter influenciado de maneira decisiva a formação de toda uma intelectualidade, representou ainda o “desmantelamento do sistema de oralidade das populações cabanas, que ficou reduzido a uma expressão folclórica”<sup>2</sup>.

Segundo Lindoso, apenas dois livros, escritos mais recentemente tratam a cabanagem como um movimento insurrecional autônomo, no caso, *A Guerra dos Cabanos*, de Manoel Correia de Andrade e *Os Guerreiros do Imperador*, de Décio Freitas, os quais além de estabelecer uma visão documental mais ampla do movimento, perceberam como fundamental a contradição de uma insurreição, inicialmente de natureza e objetivos estamentais, mas com decisiva participação popular<sup>3</sup>.

No mais, a historiografia alagoana que produziu esse discurso anticabano, e que dominou por quase 150 anos, representada pelo estamento intelectual que integrava ou defendia as classes economicamente dominantes, trataram a contraposição à ordem, representada pelos Cabanos, como de natureza criminal e perigosa:

*As participações populares aparecem nesse discurso como as de agrupamentos sem história e, por conseguinte, marginais e sem legitimidade. Os heróis populares são incluídos na categoria de marginalidade social: são “criminosos”, “salteadores”, “bandidos”. Derrotados, os heróis populares são não só encerrados em cárceres*

*reais. Passam também a ocupar as enxovias do juízo histórico estamental. Dos cárceres da vida escorregam aos cárceres do texto<sup>4</sup>.*

Quanto às populações pobres da região, constituídas por mulatos e brancos moradores e lavradores, índios aldeados que viviam sob permanente recrutamento militar, negros escravos e negros papa-méis, que tomaram as matas do rei como coutos e rebelaram-se em defesa dos seus senhores, embora tenham garantido as condições de manutenção de uma organização subversiva, iniciada pelos ricos senhores de engenhos de açúcar e de escravos, que tramaram a destituição da Regência e a volta de D. Pedro I ao trono, não puderam assegurar uma memória dos seus feitos bravios:

*Os moradores e os lavradores empobrecidos permaneceram sem terras, em condições apenas de sobrevivência; os índios foram reorganizados em miseráveis aldeias militarizadas; os negros ou morreram resistindo nas matas, (...) ou foram capturados, vendidos ou reentregues aos antigos senhores. O “esquecimento” significou a reestruturação, por meios violentos, da antiga hierarquia social que o sistema de colonização portuguesa estabeleceu na sua colônia da América (...) [bem como] uma elaborada técnica de desmemória que alcançou toda a consciência social de uma região (...) O discurso anticabano se estruturou como um discurso repressivo, apodítico, justificatório, dissuasivo. Esse discurso estamental esconde não só a terrível repressão contra as populações cabanas, mas também seu empobrecimento compulsório<sup>5</sup>.*

Assim como no discurso sobre a Guerra dos Cabanos, produzido pela historiografia alagoana, verifica-se essa espécie de “empobrecimento compulsório”, cujo efeito cultural foi desastroso para as populações pobres envolvidas no episódio, já que toda sua oralidade social foi reduzida a um baixo nível de comunicação e de guarda da memória social, o mesmo podemos afirmar com relação ao que aconteceu com as populações negras no estado de um modo geral. Os mesmos autores relacionados por Dirceu Lindoso, como continuadores dessa técnica do “esquecimento”, enquadram-se aqui na reclamação que fazemos do tipo de atenção recebida pelo segmento formado por negros:

*A insinuação de marginalidade histórica aos fatos cabanos continua na História de Alagoas (1909), de Moreno Brandão; na Viçosa de Alagoas (1914), de Alfredo Brandão, na História de Alagoas e em Maceió (ambas sem data) de Craveiro Costa, na História da Civilização das Alagoas (1933), de Jayme de Altavilla, e de modo residual, no O Bangüê nas Alagoas (1949), de Manoel Diegues Júnior, vamos encontrar a mesma “insinuação de marginalidade histórica aos fatos”<sup>6</sup>*

Seguindo as pistas fornecidas por Lindoso, mas sem desprezar a contribuição de alguns desses autores para a compreensão do processo histórico alagoano, relacionamos algumas dessas obras, reunindo-as em feixes, pelas características comuns de sua produção. Trazemos em sua defesa as palavras de Moreno Brandão (1909), um dos autores clássicos da historiografia alagoana, o qual, a pretexto de comentar a obra de outro consagrado historiador local, justifica a utilização que fazemos aqui de suas contribuições:

*Ative-me ao lacunoso trabalho [do Dr. Thomás do Bom-fim Espíndola] que não pode ser com justeza e imparcialidade relegado para um plano inferior, mesmo atento às falhas de que se ressentia a 'Geographia Alagoana', muitas vezes de uma prolixidade enfadonha a respeito de certos assuntos, e de outras feitas sobremodo omissa e incompleta. Mesmo assim ninguém poderá tratar da história de Alagoas sem procurar tão importante e valioso auxílio<sup>7</sup>.*

O *Opúsculo de Descrição Geographica*, de 1844, de Antônio Joaquim Moura, o qual no relatório que abriu a 2ª sessão ordinária da 1ª Assembléia Legislativa, em 01 de janeiro de 1836 fez referência a “um quilombo de negros fugidos”, contém indicações sobre esse segmento, que integrou as tropas armadas no que se convencionou chamar de a Guerra dos Cabanos. Contudo, é nas páginas do *Geographia Alagoana*, de Thomaz Espíndola, comumente considerado o fundador dos estudos históricos e geográficos em Alagoas que se encontra a primeira indicação mais direta ao envolvimento de negros em episódios da história do Estado, ainda que em um único momento de toda sua obra e mesmo assim, utilizado-se da categoria “escravos”, condição ainda em voga quando da publicação do seu trabalho:

*Era o quilombo dos palmares, assim chamado por causa das muitas palmeiras que existiam nessas paragens (...) uma nação sui generis (...) composta de um agregado de negros fugidos dos engenhos vizinhos, de pardos e mestiços, todos em número que se supõe excedia a 20.000 na época de sua destruição, havendo sido em seu começo uns 40, todos negros fugidos<sup>8</sup>.*

Esse seu trabalho, a *Geografia Alagoana*, publicada em 1871 e elaborada a partir de informações contidas nos relatórios apresentados à administração imperial, no que se refere aos temas geográficos, e em arquivos do governo e da câmara municipal, além de jornais da província publicados entre os anos de 1865 e 1870, para a parte política e histórica, serviu de lastro para os trabalhos que surgiram na seqüência, entre os

quais destacam-se três outros trabalhos fundamentais que com ele se juntam para formar a quadra clássica da historiografia alagoana, no caso *História de Alagoas* escrito por Moreno Brandão em 1909, *História das Alagoas*, de Craveiro Costa, surgido em 1929 e, por fim, *História da Civilização das Alagoas* de autoria de Jayme de Altavilla, datado de 1933.<sup>9</sup>

Percorrendo a trilha aberta por Thomaz Espíndola, quando se faz menção nesses primeiros escritos, à participação dos negros na história do Estado, esse segmento figura na opinião daqueles historiadores como mero acidente de percurso. Segundo esses estudiosos, a atuação daquele segmento serviu mais para o enaltecimento da ação dos detentores das prerrogativas senhoriais, do que para uma valorização da sua capacidade de participação no jogo político que se arma sempre que se confrontam forças antagônicas. Pelo menos nesses dois momentos específicos da história de Alagoas aos quais viemos dando maior ênfase, no caso a Guerra dos Quilombos e a Cabanada, o segmento subalterno vê-se incluído numa condição secundária de participação, como em outro momento já se verificara, no tratamento historiográfico dado à participação dos índios caetés, naquilo que se convencionou chamar de a “sanha canibalesca”, grupo étnico que guarda com aquele outro inúmeras associações nos tratados de história pela condição social semelhante de alijamento do processo de ocupação da terra e de propriedade dos bens de produção.

Vale salientar que Thomaz Espíndola, em outros momentos de sua obra, já acionara a categoria cor para se referir a outro vulto da história alagoana, no caso quando analisa a participação do *mulato* Domingos Fernandes Calabar no episódio das invasões holandesas e, posteriormente, quando se refere à Guerra dos Cabanos. Em todo caso, o termo utilizado para classificar os envolvidos em tais episódios, denuncia a concepção que o estudioso tem sobre um segmento da sociedade, cujos integrantes nem sempre participam desses eventos como meros coadjuvantes.

Acerca desse episódio específico, convém destacar a contribuição de Jayme de Altavilla, em cuja obra já mencionada, mesmo seguindo o paradigma original, observa-se um esforço para rever certas concepções contidas naqueles primeiros trabalhos, concorrendo para resgatar a imagem de alguns dos protagonistas dessa história, como é o caso de Calabar, visto até então como traidor. Para tanto, esse historiador, apesar de continuar se referindo a esse personagem pejorativamente pelos atributos de cor, tipo “mulato alagoano”, contesta a tese da traição, alegando em seu favor, o fato de ele ter recebido educação jesuítica, o que lhe garantia uma certa supremacia em relação aos homens da época, além de ser proprietário de alguns engenhos de açúcar e “fartos haveres”, razão pela qual “não houve interesse material nessa debandada”. No mais, o estilo de Altavilla e de grande parte dos historiadores alagoanos seguintes tende a manter

a tradição ilustrativa ao tratar dos principais eventos da história de maneira superficial e pouco crítica.

Outra vertente de estudos produzidos em Alagoas, embora também restrita, dedicou-se exclusivamente à questão do negro. O mais significativo deles, sem dúvida é o ensaio apresentado por Alfredo Brandão no 1º congresso Afro-Brasileiro, realizado em Recife em 1934. A importância desse trabalho consiste no fato de, além do seu pioneirismo, tendo servido de referência para uma série de estudos desenvolvidos sobre o tema posteriormente, ter também se constituído na obra mais completa produzida por um alagoano sobre negros naquele Estado, vindo a suprir uma lacuna que já se fazia sentir em seu tempo, algo que o próprio autor já apontara, quando se queixa de que, em Alagoas, “a história do negro quase que se deixou ficar em apagado”. É certo que outros estudos especiais foram desenvolvidos sobre episódios determinados da história de Alagoas, no caso, sempre o Quilombo dos Palmares e a Cabanada, os quais deixamos de incluir aqui, por não constarem como uma produção local<sup>10</sup>.

Voltando a falar de Alfredo Brandão, convém esclarecer o teor do seu trabalho. Ali aparecem anotações sobre a procedência dos escravos trazidos para Alagoas, que ele aponta como sendo predominantemente pertencentes ao grupo étnico banto, em número equivalente ao elemento sudanês introduzido na Bahia. Para confirmar essa hipótese, ele se detém sobre a análise da toponímia alagoana, segunda a qual, entre as diversas designações de locais, rios, montanhas e serras, bem como no domínio da fauna e da flora, embora mais raramente, verifica-se o uso de palavras e termos originários desse tronco lingüístico.

A prova maior da influência desse grupo pode ser constatada na análise do folclore, embora esse autor afirme que as manifestações de origem puramente africana em Alagoas no tempo da escravidão fossem escassas, em função de dois fatores básicos: em primeiro lugar, pela ausência quase total entre os bantos, de ritos e cerimônias religiosos, tais como cultos de animais; em segundo, pela forte influência sofrida por esse grupo, por parte da tradição católica colonial, a qual foi transformada numa espécie de caricatura, favorecida pela “pobreza mítica” característica, bem como pela sujeição e assimilação passiva dos elementos de uma tradição religiosa dominante, em comparação com o que se verificou entre outros grupos introduzidos no Brasil.

Depois de comprovar a procedência banto dos negros trazidos para Alagoas e justamente porque já fora constatada a predominância de integrantes desse grupo entre os escravos refugiados em Palmares, Brandão dedica um extenso tópico às guerras ocorridas naquele quilombo, apontado como “o mais alto feito de heroísmo da raça africana em nossa terra”. Esse mesmo assunto já havia sido por ele explorado em obra anterior, intitulada *Viçosa de Alagoas*, que deixamos de incluir entre os trabalhos sobre o tema, por não se constituir num estudo específico sobre o negro. Não nos estenderemos na sua discussão sobre o Quilombo dos Palmares, que é na verdade uma repetição do

que já havia sido desenvolvido na obra referida, cuja finalidade é, por um lado, refazer o roteiro dos principais locais percorridos pela segunda expedição holandesa contra o velho Palmares, e por outro, provar que o domínio dos Palmares abrangia os vales dos rios Paraíba e Mundaú, onde se localiza o município de Viçosa, local em que se dão os últimos combates que deram cabo da guerra<sup>11</sup>.

Possuem maior importância no estudo de Alfredo Brandão os temas relacionados com o cotidiano dos negros durante a escravidão, com ênfase sobre a contribuição desse elemento no processo de civilização local. Essa preocupação com assuntos como a vida costumeira dos escravos nos engenhos de Alagoas, o excesso de trabalho e maus tratos sofridos, condições de moradia, relações de família, sentimentos de afetividade, numa perspectiva psicológica e social foi forjada ainda sob o impacto da publicação de *Casa Grande e Senzala*, em dezembro de 1933, por Gilberto Freyre, não por acaso, o organizador no Recife do 1º Congresso de Estudos Afro-Brasileiros, onde pela primeira vez seria apresentado o trabalho sobre o qual ora nos detemos. Aliás, tanto Alfredo Brandão, como Manoel Diegues Júnior, outro alagoano, cuja obra discutiremos adiante, não sonham a influência recebida do mestre pernambucano, o que se faz notar, no caso específico do primeiro, pela citação a seguir, quando se acentua o caráter “humanitário”, no tratamento dado aos escravos pelos senhores:

*Como já fizemos sentir, na maioria dos engenhos de Alagoas havia clemência, piedade e, digamos, uma certa tolerância para com o negro. Muitos fazendeiros eram amigos de seus escravos; viam neles os auxiliares de sua prosperidade e assim os tratavam com humanidade – davam-lhe alimento e as vestes mais ou menos necessárias, cuidavam das moléstias, asseguravam-lhes o repouso dominical, concediam-lhes o sábado para cultivarem os seus roçados e aboliam os castigos corporais, ou por outra, apenas os reservavam para os recalcitrantes, ou aqueles que tinham um notável pendor para o crime<sup>12</sup>.*

Em que pesem os equívocos de uma leitura apressada de Gilberto Freyre feita pelo autor em discussão, fornecendo-nos o mito da *bondade* do senhor de engenho, não entraremos no mérito da influência sofrida por esse pesquisador, optando de pronto pela explicação fornecida por Lindoso para essa tendência da historiografia alagoana de um modo geral, cujo discurso reflete a posição que o estudioso em questão ocupa no quadro das relações de poder local, no caso, como integrante desse segmento estamental que dominava economicamente a sociedade como um todo<sup>13</sup>.

Para encerrar essa discussão sobre as contribuições de Alfredo Brandão, convém dedicarmos ainda um pouco de atenção a um outro assunto que mereceu por parte desse autor tratamento especial. Estamos nos referindo às suas análises do folclore negro alagoano, lembrando, como ele mesmo o faz que, em Alagoas, variações

puramente africanas dessa modalidade cultural são bastante escassas, em parte, pelo pouco valor atribuído pelos senhores a esse tipo de manifestação, e por outro lado, pelas adaptações e modificações que foram se verificando ao longo do tempo. Assim sendo, as manifestações folclóricas relacionadas por Brandão são resultado de junções desenvolvidas por mestiços e crioulos. Não iremos considerar aqui, todas as modalidades de festas e folguedos oriundas desse meio. Deteremo-nos mais, como faz esse autor, no Quilombo, torneio popular exclusivamente alagoano. A finalidade dessa festa sempre foi a de “relembrar o fato mais importante da nossa história – a guerra dos Palmares”. Depois de descrever com detalhes a estrutura do folguedo, o autor em questão discute o desfecho do festejo, que tanta inquietação tem provocado entre alguns estudiosos das relações de poder em Alagoas:

...os negros vestidos de algodão azul dançavam ao som de **adufos**, **mulungus** e **pandeiros** (...) Depois estrugiam gritos guerreiros, os instrumentos redobravam de furor. Ouviam-se sons de buzinas e os negros dispersavam para vender o saque da noite.

*Por volta das dez horas, o rei, à frente dos negros, ia buscar a rainha, uma menina vestida de branco, a qual, no meio de muitas zumbaias, músicas e flores, era conduzida para outro trono, junto ao do rei.*

*As festas, as danças, os cantos e os gritos guerreiros continuavam até o meio dia, quando apareciam os primeiros espias dos caboclos, cautelosos, procurando conhecer as posições do inimigo. Os negros, em grande alarido, preparavam-se para a defesa. Logo depois surgia o batalhão de caboclos comandado pelo rei, o qual usava um longo manto vermelho e empunhava uma espada. (...)*

*A luta se travava na praça, em frente ao **quilombo**, e depois de muitas refregas, e assaltos, o rei dos caboclos dominava o rei dos negros e apossava-se da rainha.*

*Nesse momento os sinos repicavam nas torres das igrejas, as girândolas estrugiam, e no meio das vaias e gritaria da garotada, os negros batidos pelos caboclos, recuavam para o centro do **quilombo**, o qual era cercado e destruído.*

*Terminava a festa com a vendagem dos negros e a entre da rainha a um dos maiores da vila que, para fazer figura, tinha de compensar os vencedores (grifos do autor)<sup>14</sup>.*

Como dissemos acima, a estrutura desse folguedo provoca um certo mal estar entre os estudiosos do assunto. Esse é o caso de José Jorge de Carvalho que no livro O

*Quilombo do Rio das Rãs* dedica-lhe grande atenção, alegando que o mesmo traduz o modo como a experiência quilombola é incorporada ao imaginário popular no Brasil e mais especificamente em Alagoas:

*O quilombo parece ser a única dramatização histórica, transmitida oralmente, desse capítulo fundante de nossa sociedade e não creio que haja equivalente desse Auto em nenhum outro país do Novo Mundo. Do ponto de vista de sua retórica textual e ritual, o quilombo alagoano lança mão de princípios grotescos e da derrisão, ou da carnavalização das injustiças, opressões e crueldades humanas, os quais, ainda que fartamente explorados na tradição popular brasileira, são muitas vezes, incompatíveis com a dramaticidade, tensão e mesmo agressividade com que as relações raciais são simbolizadas nos textos tradicionais do resto do mundo agro-americano.*

Esse autor refere-se ainda ao modo como, no enredo desse folguedo, o próprio negro, “que ainda pintou seu rosto de carvão para parecer negro ao atuar no folguedo” reforça a positividade da estrutura escravista e, o que é pior, renega sua própria existência, quando repete o mote corriqueiro nas cantigas desse folguedo: “nego não é gente”. Não seria por acaso que esse folguedo, com tais características só poderia existir em Alagoas, onde, podemos supor, “nego não folga”, e quando o faz, não é por “uma disposição ao prazer e à aventura”, mas para negar-se ontologicamente e ideologicamente. É importante, destacar, contudo que, apesar de uma presença marginal numa manifestação cultural periférica, não devemos nos iludir com os recortes estabelecidos. Ao invés de analisar esses sistemas como estruturas absolutamente rígidas e estanques, temos que considerar o fato de que a participação negra nesse evento também se dá de maneira ativa, já que ocupam vários lugares rituais desse evento, inclusive entre os caboclos vencedores, representados também por negros da comunidade. A questão que se coloca é, quais daqueles indivíduos que integram o folguedo consideram-se negros? Ou quais os discursos possíveis sobre cor e que visões retóricas eles exprimem? Só uma pesquisa mais aprofundada sobre a cor nesse evento seria capaz de nos esclarecer questões como estas.

De todos os trabalhos de Abelardo Duarte, porém, o mais consistente é, sem dúvida, o seu estudo intitulado *O Folclore Negro das Alagoas (Áreas da Cana-de-açúcar)*. A partir dessa sua contribuição, Abelardo Duarte passa a ser incluído naquela vertente de estudos sobre o folclore, campo privilegiado de atuação negra e que, felizmente, vicejam em Alagoas. Mesmo tendo relacionado uma série de manifestações culturais de procedência negra, resultado do entrelaçamento entre os diversos grupos étnicos que

entraram em contato no Estado, Abelardo Duarte destaca a forte influência do grupo cultural bantu, cuja presença em Alagoas predominou sobre outras modalidades étnicas.

Desde quando refugiados nos quilombos alagoanos, os bantos fizeram sentir sua influência no conjunto de manifestações populares, tais como o coco<sup>15</sup>, a série de folguedos temáticos do boi, os quilombos, a dança do buá, o bate-coxa, etc. É certo que outras culturas africanas, como as guineano-sudanesas islamizadas deixaram marcas de sua passagem por Alagoas. Contudo, o foco sobre o qual o autor em questão deterá sua atenção será o daquelas variações que se desenvolveram com maior desenvoltura nas áreas úmidas dos massapés em que predominou a cultura da cana-de-açúcar. Segundo Abelardo Duarte, remanescentes daqueles primeiros troncos negros, encontraram no ambiente dos engenhos e das casas-grandes condições favoráveis ao desenvolvimento de inúmeras modalidades folclóricas:

*Nas horas de folga (...) procuravam divertir-se ou divertir os seus senhores como derivativo ao duro regime de vida que levavam nos engenhos, na época em que safrejavam, as cantorias, os pagodes, os batuques, os cocos tinham livre curso (...) Nos casamentos nas casas-grandes (...) também nos batizados, aniversários e nas festas pela formatura dos filhos do Sr. do engenho e pela ordenação ou primeira missa dos padres da família do dono da casa, o negro estava presente com seu samba<sup>16</sup>.*

Essa primazia do rural sobre o citadino nas pesquisas realizadas em Alagoas, as quais remontam as contribuições do já mencionado Alfredo Brandão, alcançando uma geração de folcloristas mais recentes que tem em Théo Brandão seu maior expoente, não se circunscreveu ao tema das manifestações populares, avançando também por temas mais gerais, como a economia. Sendo assim, vale destacar dois importantes trabalhos, cuja consulta torna-se imprescindível para quem pretende apreender a influência do açúcar no Estado e que aqui compõe um quarto bloco de estudos sobre o negro. Estamos nos referindo ao já consagrado *O Bangüê nas Alagoas*, de Manoel Diegues Júnior e; *Contribuição à História do Açúcar em Alagoas*, de autoria de Moacir Sant'ana<sup>17</sup>.

Não nos deteremos na análise que esses autores realizam da influência que o escravo negro exerceu no desenvolvimento desse sistema econômico, já que grande parte do que ali está contido, ampara-se em pesquisas anteriormente realizadas e aqui já discutidas, embora sobre o primeiro deles deva se creditar a importância do valioso material antropológico recolhido pelo autor nas bibliotecas e arquivos de Alagoas e Pernambuco, no meio do qual destacam-se anúncios de jornais de negros à venda e fugidos, bem como o tipo de tratamento recebido pelos escravos na zona do plantio.

Entre os estudos que se enquadram no primeiro grupo não se pode deixar de fazer referência à contribuição inestimável de Félix Lima Júnior, cronista alagoano que reuniu no livro intitulado *Maceió de Outrora*, uma série de artigos sobre os costumes e

hábitos da população maceioense, no começo do século passado, de onde se podem recolher alguns dados, ainda que incipientes, sobre a atuação dos negros na capital alagoana. Mais recentemente outras crônicas desse autor foram reunidas em obra póstuma, com o mesmo título, vindo aumentar o já consistente e variado conjunto de sua produção, cuja importância para essa pesquisa deve-se ao fato dele ter nascido em 1900 e assim ter podido acompanhar *in loco* alguns dos principais fatos por ele narrados. A consulta desse material torna-se, portanto, indispensável a quem pretenda reconstituir alguns aspectos pitorescos, históricos e sociais da Maceió do começo do século XX<sup>18</sup>.

Devemos juntar a esses trabalhos, outro estudo de não menos importância como *Histórias do Velho Jaraguá* de João Fernandes de Maya Pedrosa, que acrescenta às informações fornecidas por Félix Lima Júnior, alguns dados acerca das relações de trabalho envolvendo estivadores e empregados dos armazéns de açúcar daquele bairro portuário. Vale destacar, porém, que tanto num caso, como no outro, as referências à cor sejam bastante passageiras. Por fim, não poderíamos deixar de também fazer menção a um importante trabalho do final do século passado, que apesar de escrito em período anterior ao que nos interessa, trata de costumes que não devem ter sofrido tantas alterações na década seguinte. Estamos nos referindo ao romance apócrifo, *Traços e troças*, cuja autoria é atribuída a Pedro Nolasco Maciel, pela semelhança de estilo encontrada entre esse livro, publicado em 1899, e um outro, escrito por ele treze anos antes, intitulado, *A Filha do Barão*, onde também faz a crônica dos costumes locais, focalizando pessoas e cenas reais de Alagoas<sup>19</sup>.

O primeiro dos trabalhos citados de Félix Lima Júnior, *Maceió de outrora*, Vol. I divide-se em duas partes: 1) Os costumes, A etiqueta e a moda e; 2) Paisagens e aspectos da cidade. Neste segundo tópico, encontramos informações relativas às atividades econômicas desenvolvidas por negros em Maceió, os quais as praticavam num espaço quase exclusivo da cidade, no caso, as ruas do centro da cidade, ou para ser mais preciso, a rua do Comércio. Na esquina com a antiga rua do Açougue, no lugar conhecido como Quatro Cantos, onde antes existiam marcos de pedras utilizados para assinalar as entradas dos becos, instalava-se uma variada gama de negros africanos e brasileiros, à espera de algum tipo de serviço:

*Encostados nos 'frades' (...) colocados nos Quatro cantos, vadios, engraxates, ganhadores e diaristas: Zé Molequinho, Chico Bonzinho, João Laurindo(...) Joaquim Pedro, Sebastião, Zé Broa -vitimado em plena rua por um colapso quando conduzia um piano, ajudado por cinco companheiros - Nicolau - italiano, engraxate de profissão -, Pedroba(Francisco José dos Santos). Todos chefiados pelo Torquato(...) Cantavam, queriam irritar o Carvão de Pedra (Wenceslau José da Costa), em pé, do outro lado da rua:  
A ponte de Jaraguá*

*Foi feita de geringonça  
Bacalhau é comer de negro  
E negro é comer de onça<sup>20</sup>.*

Além dessa referência explícita à cor de Wenceslau José da Costa, o Carvão de Pedra, outro dado contido nessa nota permite-nos inferir sobre a de um outro deles, no caso, Zé Broa, vítima de um colapso enquanto conduzia um piano ajudado por cinco companheiros. Sabe-se pela crônica local, que esta era uma atividade comum entre os homens livres das principais capitais do país, e que depois de extinta a escravidão, foi assumida pelos remanescentes desse sistema econômico, os quais não encontram outra atividade compatível com sua capacidade física, senão o trabalho braçal desenvolvido nas estivas da zona portuária, ou no serviço de transporte de móveis e utensílios domésticos pesados no centro da cidade. Há quem afirme que, no exercício dessa atividade, algumas canções eram executadas com a finalidade de cadenciar o movimento dos operários, depois as mesmas tornaram –se de domínio público<sup>21</sup>.

Outra referência ao trabalho desenvolvido pelos homens de cor, pode ser encontrada no tópico inicial da obra citada. Além daquele que dependia de contrato temporário, ansiosamente aguardado pelos homens de frete que se postavam naquele ponto da cidade, havia ainda outros ramos de atividade desempenhados por eles:

*Na praça Floriano, perto do templo de Bom Jesus dos Martírios, montou o preto Faustino, em 1914, modesto quiosque ao redor do qual colocou cadeiras de tiras de madeira (...) Ele mesmo preparava gengibirra, ‘maduro’ e outros refrigerantes; servia caninha da melhor que se fabricava no estado, que ele mesmo escolhia ou mandava adquirir no interior(...) E mais ainda, com a azuladinha destilada na Praia do Sobral, preparava o ‘vermutin’ apreciadíssimo...*

*(...) Não pode ser esquecido o Sabino, homem de cor, que explorou, até o início da terceira década deste século, botequim onde vendia caldo de cana e refrescos de frutas regionais, por ele mesmo preparados cuidadosamente, no quintal de sua residência, no oitão do cemitério velho, onde montara uma ‘engenhoca’ ou ‘almajarra’ puxada por uma égua velha..<sup>22</sup>.*

Parece que o ramo de atividade a que mais se dedicou esse segmento da população no início do século XX, foi mesmo o comércio desenvolvido por ambulantes, aliás, uma tendência bastante comum em várias capitais do país, entre as quais a própria Capital Federal, como se pode depreender da leitura de Luiz Edmundo, *O Rio de Janeiro do meu tempo*, obra em que esse autor destaca o agitado movimento de homens e mulheres por toda a cidade a gritar “históricos pregões”<sup>23</sup>. Já Félix Lima Júnior fala dos amoladores de canivetes, facas e tesouras, serviço em grande parte oferecido por

italianos com seus apitos estridentes, os quais também eram os tocadores de realejo; do vendedor de papagaios, com o seu “pau de arara”, termo pelo qual ficaria depois conhecido mais tarde o meio de transporte utilizado pelos nordestinos com destino ao Sul maravilha; dos moleques de pés descalços que apregoavam à porta dos teatros, o alfenim, dedinho, broa de goma, tapioca de eucalipto, bolas de eucalipto, de goiaba e de mel de abelha; do vendedor de leite tirado em frente das casas dos clientes; e ainda dos vendedores de galinhas e de perus, de coco verde, de sorvete, e, principalmente do sururu, molusco encontrado em abundância nas águas das lagoas Mundaú e Manguaba e que foi alimento indispensável na mesa das famílias menos abastadas, responsável pelo vigor de muitas gerações de pescadores da beira dessas lagoas que viviam em condições econômicas adversas.

Contudo, a variedade desse comércio ambulante que maior repercussão teve em Maceió, no período em questão, parece ter sido a da venda de quitutes, desenvolvida em grande parte por mulheres negras e sobre a qual vamos encontrar referências em inúmeras passagens desse trabalho que ora analisamos. Trata-se de uma das poucas brechas que o autor abre ao tratamento de uma atividade desenvolvida por esse segmento marginalizado do poder e que aqui citamos na íntegra, pela contribuição que dá à reconstrução de uma história microsocial do cotidiano desse segmento.

*À sombra das gameleiras do aterro do Jaraguá (...) as baianas, as velhas negras da Costa, com suas saias rendadas, cabeções brancos, bem engomados, vendiam vatapá e caruru(...) Em Jaraguá (...) a preta Balbina, sentada na calçada do primeiro prédio do beco da Estrela - início da atual rua Comendador Leão - fazia concorrência à Maria Rosa, vendendo seu apreciado ‘Ribacão’ ou arribação’. Caixeiros, estivadores, trapicheiros, empregados dos armazéns de açúcar e de estivas fartavam-se da comida modesta e apetitosa (...) Explorando o mesmo ramo, a Babaré, negra velha, africana legítima, quase centenária, vendia, de 1 às 4 da tarde, junto ao portão de ferro da The Great Western of Brazil Railway Company, na Rua Barão de Anadia, na Estação Central, arroz de coco, vatapá, caruru, além de siris, camarões, sururus ensopados em leite de coco. Quantas vezes, antes de partir o trem de Quebrangulo, já estavam vazias as grandes panelas dos comestíveis apreciados, vendidos por preços módicos, e duas ou três quartinhas com água fresca, trazidas especialmente para agradar a freguesia.*

*(...) Pela Rua do Comércio, às 2 horas da tarde(...) passava, diariamente, com suas queimadinhas apreciadas num tabuleiro coberto com alvíssima toalha, velha senhora de cor. Logo depois aparecia um meninote vendendo ‘dedinho’ - mistura de massa-puba com coco, assada ao forno.*

*Sinhá Rufina, no beco das pedras, vendia cuscuz, tapioca e angu. Tia Joana e Tia Balbina também vendiam ribação[sic] na rua do Amorim, perto da Igreja de Nossa Senhora Mãe do Povo, em Jaraguá.*

*Em algumas casas - assinaladas por uma lanterna de papel de seda, vermelho, presa à porta ou à janela, nas ruas do Sopapo, do Verde, do Asilo do Quartel, da Santa Cruz, no Reginaldo, no Beco da Baiana, na Ladeira do Brito - vendiam, geralmente nas noites de sábado, saboroso mungunzá. Uma preta velha, com um pano branco à cabeça, pés descalços(...) servia os fregueses sentados juntos às mesas de madeira forradas com pano branco ou toalha bordada.<sup>24</sup>*

Em outro trecho, temos mais relatos desse tipo de atividade exercida por mulheres que aparecem com as mesmas características:

*À tardinha, a preta Florinda, de boca funda pela falta de todos os dentes, sempre muito esmerada, com sua saia de roda e seu orgulhoso xale de quadradinho atravessado ao ombro, como as baiana, vendendo queimadinha, conduzida num tabulero muito asseado, coberto com alvíssima toalha bordada. Um filho de Florinda ocupava posição destacada e era figura de prestígio e projeção intelectual na Província. Solicitava à velhinha que não saísse à rua vendendo seus doces: ele tinha recursos para sustentá-la. Nunca foi atendido, pois sua mãe dizia que sempre trabalhara para viver...*

*(...) À tardinha e à noite, nas esquinas, negras vendiam em tabuleiros de madeira, cobertos com toalhas alvíssimas, iluminados por um 'mexeriqueiro' de folha de Flandres, cuscuz, tapioca, beijus, roletes, farinha de milho, siris cozidos, batatas, doces, pipocas, milho verde assado ou cozido, cocada de coco verde, goiabas, etc.<sup>25</sup>*

Interessante notar a ênfase que o autor empresta à cor dessas mulheres e a outros designativos que realçam a sua condição social, como se buscasse reforçar o aspecto pitoresco da atividade e de quem a realizava, a partir dessas características. São “negras velhas da costa”, “africanas legítimas”, com suas “roupas alvíssimas” e “saias rendadas” e “bem engomadas”, “cabeções brancos” e “xales da Costa” que remetem à tradição africana que se conserva a despeito do progresso e crescimento da cidade. O enaltecimento dessa africanidade em termos líricos, tal como aparece na obra de Lima Júnior, foi fruto de um esforço iniciado em fins da década de 50, quando os fatos pitorescos, históricos e sociais da cidade retratados, eram apenas uma vaga lembrança dos tempos em que “pretas velhas” como tia Balbina, Babaré, sinhá Rufina e Tia Joana desdobravam-se com os seus tabuleiros de iguarias apetitosas. Nessa época, em 1959<sup>26</sup>, devido ao Quebra de 1912, ainda imperava em Maceió o silêncio sobre as casas de

Xangô; também aí, a lembrança dos toques de outrora e de outros símbolos desse passado saudoso, somente a presença de “baianas” quituteiras poderia atualizar.

Convém esclarecer, à guisa de conclusão que o recorte estabelecido nesse artigo, abarca uma margem de tempo muito restrita, além de ter apenas se debruçado sobre um tipo muito específico de fonte, o que talvez comprometa a análise. Fica, portanto, a sugestão de que estudos semelhantes devam ser realizados pôr outros estudiosos, sobre períodos anteriores ao que foi tratado, utilizando-se de documentos existentes no Arquivo Público, ou que prossigam a investigação acerca da participação do negro na vida social alagoana até os dias atuais.

## NOTAS DE RODAPÉ

<sup>1</sup> Professor adjunto do Departamento de Ciências Sociais e vice-coordenador do Núcleo de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Sergipe

<sup>1</sup> Lindoso, Dirceu. *A Utopia Armada: Rebelião de Pobres nas matas do Tombo Real*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

<sup>2</sup> Lindoso, Dirceu. *A Utopia Armada: Rebelião de Pobres nas matas do Tombo Real*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. p. 18/24.

<sup>3</sup> Andrade, Manoel Correia de. *A Guerra dos Cabanos*. Rio de Janeiro, s/ed., 1965 e; Freitas, Décio. *Os Guerrilheiros do Imperador*. Rio de Janeiro: Graal, 1978

<sup>4</sup> Lindoso, Dirceu. *A Utopia Armada: Rebelião de Pobres nas matas do Tombo Real*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. p. 34.

<sup>5</sup> Lindoso, Dirceu. *A Utopia Armada: Rebelião de Pobres nas matas do Tombo Real*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. p. 27/28.

<sup>6</sup> Lindoso, Dirceu. *A Utopia Armada: Rebelião de Pobres nas matas do Tombo Real*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. p. 35.

<sup>7</sup> Brandão, Moreno. *História de Alagoas*. Maceió: Sergasa. 1981 [1909], p. II

<sup>8</sup> Espíndola, Thomaz do Bom-Fim. *A Geografia Alagoana ou descrição física, política e histórica da província das Alagoas*. Maceió: Edições Catavento: 2001 [1871]. Pp. 201/202.

<sup>9</sup> Brandão, Moreno. *História de Alagoas*. Maceió: Sergasa, 1981 [1909]; Costa, Craveiro. *História das Alagoas: Resumo didático*. Rio de Janeiro/Maceió: Melhoramento/Sergasa, 1983 [1929]; e Altavilla, Jayme. *História da Civilização das Alagoas*. Maceió: Edufal, 1988 [1933].

<sup>10</sup> Brandão, Alfredo. *Os negros na história de Alagoas*. Maceió: s/ed., 1988. p. 20. Entre os trabalhos especiais referidos, constam, sobre o Quilombo dos Palmares, as contribuições de Ennes, Ernesto. *A Guerra dos Palmares*. São Paulo: Ed. Nacional, 1938; Freitas, Carneiro, Edson. *O Quilombo dos Palmares*. São Paulo: Ed. Nacional, 1958; Freitas, Décio. *Palmares, a guerra dos escravos*. Rio de Janeiro: Graal, 1978 e; Alves Filho, Ivan. *Memorial dos Palmares*. Rio de Janeiro: Xenon, s/d. Sobre a Cabanada, destacam-se dois trabalhos já mencionados acima, Andrade, Manoel Correia de. *A Guerra dos Cabanos*. Rio de Janeiro, s/ed., 1965 e; Freitas, Décio. *Os Guerrilheiros do Imperador*. Rio de Janeiro: Graal, 1978, além do também já referido Lindoso, Dirceu. *A Utopia Armada: Rebeliões de pobres nas matas de Tombo Real*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, que por ser alagoano recebeu no capítulo a atenção merecida.

<sup>11</sup> Brandão, Alfredo. *Viçosa das Alagoas: notas históricas, geográficas e arqueológicas*. Recife: Imprensa Industrial, 1914.

<sup>12</sup> Brandão, Alfredo. *Os negros na História de Alagoas*. Maceió: s/ed., 1988. p. 42.

<sup>13</sup> Lindoso, Dirceu. *A Utopia Armada: Rebeliões de pobres nas matas de Tombo Real*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

<sup>14</sup> Brandão, Alfredo. *Os negros na História de Alagoas*. Maceió: s/ed., 1988. p. 52.

<sup>15</sup> “A dança em apreço passou, na sua ascensão social, dos mocambos palmarinos, na zona da mata, para os terreiros e as senzalas e destes para os salões de dança rural tornou-se cidadina” (Cf. Duarte, Abelardo. *O folclore negro das Alagoas Folclore Negro nas Alagoas [Áreas de Cana-de-Açúcar]: Pesquisa e Interpretação*. Maceió: DAC/SENEC, 1974. p. 87)

<sup>16</sup> Duarte, Abelardo. *O folclore negro das Alagoas Folclore Negro nas Alagoas (Áreas de Cana-de-Açúcar): Pesquisa e Interpretação*. Maceió: DAC/SENEC, 1974.

<sup>17</sup> Brandão, Théo. *Folgedos Natalinos*. Maceió. Sergasa. 1973 e; *Folclore de Alagoas II*. Maceió: SECULT, 1982; Diegues Júnior, Manuel. *O Bangüê nas Alagoas: Traços da Influência do Sistema Econômico do Engenho do Açúcar na Vida e na Cultura Regional*. Rio de Janeiro, Instituto do Açúcar e do Alcool, 1980. Santana, Moacir M. *Contribuição à História do Açúcar em Alagoas*. Recife: Museu do Açúcar, 1970.

<sup>18</sup> Lima Júnior, Félix. *Maceió de Outrora*. Maceió: Imprensa Oficial, 1976; *Maceió de Outrora: Obra póstuma*. Maceió: Edufal, 2001. Convém destacar que esse autor dedicou um livro ao tema da escravidão em Alagoas e que aqui não faremos referência pelas razões já expostas acima.

<sup>19</sup> Pedrosa, J. F. de Maya. *Histórias do Velho Jaraguá*. Maceió: Talento, 1998; Maciel, Pedro Nolasco. *Crônicas Vermelhas: Traças e Troças. Crônica vermelha (Leitura Quente)*. Maceió: DEC, [1899] 1964. <sup>20</sup> Lima Júnior, Félix. *Maceió de outrora*. Vol. I. Maceió: Arquivo Público de Alagoas, 1976. p. 105.

<sup>21</sup> Sabe-se pelas estatísticas criminais divulgadas entre os anos de 1909 e 1911, período em que foram divulgados dados acerca da filiação, idade, profissão, cor e endereço dos detidos, a maior parte deles levava a vida como ganhadores e que entre os negros, essa era a profissão predominante. Adiante analisaremos esses dados.

<sup>22</sup> Lima Júnior, Félix. *Maceió de outrora*. Vol. I. Maceió: Arquivo Público de Alagoas, 1976. p. 32/33.

<sup>23</sup> Luiz Edmundo. *O Rio de Janeiro do meu tempo*. Rio de Janeiro: Conquista, 957, vol. I, pp. 52/62.

<sup>24</sup> Lima Júnior, Félix. *Maceió de outrora*. Vol. I. Maceió: Arquivo público de Alagoas, 1976. pp. 28/29.

<sup>25</sup> Lima Júnior, Félix. *Maceió de outrora*. Vol. I. Maceió: Arquivo público de alagoas, 1976. pp. 111/112.

<sup>26</sup> A data em questão é referente ao prefácio à obra de Félix Lima Júnior, escrito pelo folclorista alagoano Théo Brandão, o que nos faz supor que na época a obra já tivesse sido concluída, embora só fosse publicada em 1976.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Altavilla, Jayme. *História da Civilização das Alagoas*. Maceió: Edufal, 1988 [1933].

Alves Filho, Ivan. *Memorial dos Palmares*. Rio de Janeiro: Xenon, s/d.

Andrade, Manoel Correia de. *A Guerra dos Cabanos*. Rio de Janeiro, s/ed., 1965.

Brandão, Alfredo. *Viçosa das Alagoas: notas históricas, geográficas e arqueológicas*. Recife: Imprensa Industrial, 1914.

\_\_\_\_\_. *Os negros na história de Alagoas*. Maceió: s/ed., 1988.

Brandão, Moreno. *História de Alagoas*. Maceió: Sergasa. 1981 [1909].

Brandão, Théo. *Folgedos Natalinos*. Maceió. Sergasa. 1973.

\_\_\_\_\_. *Folclore de Alagoas II*. Maceió: SECULT, 1982.

Carneiro, Edson. *O Quilombo dos Palmares*. São Paulo: Ed. Nacional, 1958.

- Costa, Craveiro. *História das Alagoas: Resumo didático*. Rio de Janeiro/Maceió: Melhoramento/Sergasa, 1983 [1929].
- Diegues Júnior, Manuel. *O Bangüê nas Alagoas: Traços da Influência do Sistema Econômico do Engenho do Açúcar na Vida e na Cultura Regional*. Rio de Janeiro, Instituto do Açúcar e do Alcool, 1980.
- Duarte, Abelardo. *O folclore negro das Alagoas Folclore Negro nas Alagoas [Áreas de Cana-de-Açúcar]: Pesquisa e Interpretação*. Maceió: DAC/SENEC, 1974.
- Edmundo, Luiz. *O Rio de Janeiro do meu tempo*. Rio de Janeiro: Conquista, 1957.
- Ennes, Ernesto. *A Guerra dos Palmares*. São Paulo: Ed. Nacional, 1938.
- Espíndola, Thomaz do Bom-Fim. *A Geografia Alagoana ou descrição física, política e histórica da província das Alagoas*. Maceió: Edições Catavento: 2001 [1871].
- Freitas, Décio. *Os Guerrilheiros do Imperador*. Rio de Janeiro: Graal, 1978.
- \_\_\_\_\_. *Palmares, a guerra dos escravos*. Rio de Janeiro: Graal, 1978.
- Lima Júnior, Félix. *Maceió de Outrora*. Maceió: Imprensa Oficial, 1976.
- \_\_\_\_\_. *Maceió de Outrora: Obra póstuma*. Maceió: Edufal, 2001.
- Lindoso, Dirceu. *A Utopia Armada: Rebelião de Pobres nas matas do Tombo Real*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- Maciel, Pedro Nolasco. *Crônicas Vermelhas: Traças e Troças. Crônica vermelha (Leitura Quente)*. Maceió: DEC, [1899] 1964.
- Pedrosa, J. F. de Maya. *Histórias do Velho Jaraguá*. Maceió: Talento, 1998.
- Santana, Moacir M. *Contribuição à História do Açúcar em Alagoas*. Recife: Museu do Açúcar, 1970.